



Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone: 251-11-5517700 Fax: 251-11-551 7844
Website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Primeira Sessão Ordinária
9 - 13 de Julho 2012

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/720(XXI)vii
Original: Inglês

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE
QUESTÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE QUESTÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS

Introdução

1. A reunião do Subcomité do CRP de Questões Económicas e Comerciais realizou-se em Adis Abeba, Etiópia, a 21 de Maio de 2012. A reunião foi presidida por S.E. Sr. Mokhtar CHAOUACHI, Embaixador e Representante Permanente da República da Tunísia. Participaram na reunião os seguintes membros: Argélia, Angola, Burundi, Chade, Congo, Guiné, Níger, Ruanda, Senegal, Sierra Leone, Sudão, Suazilândia, Tunísia, Uganda e Zâmbia.

Ponto 1 da Agenda: Abertura

2. O Presidente deu as boas-vindas aos membros a esta reunião, a primeira do ano, e salientou a importância das decisões tomadas na Cimeira da UA de Janeiro de 2012 relacionadas com as formas de Impulsionar o Comércio Intra-africano e estabelecer uma Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC). Afirmou que a apreciação e aprovação do Plano de trabalho em apreciação pelos membros do Subcomité iriam assegurar a apropriação do processo de implementação.

Ponto 2 da Agenda: Apresentação e Informação sobre o Plano de trabalho da CUA para o período 2012-2013 relativo às formas de Impulsionar o Comércio Intra-Africano e sua implementação

3. Ao apresentar este ponto da agenda, o Director de Comércio e Indústria salientou a importância de partilhar o Plano de Trabalho 2012-2013 com o Subcomité e lembrou que o documento já havia sido analisado durante a reunião dos Altos Funcionários, realizada em Addis Ababa, e na qual participou o Subcomité do CRP para Questões Económicas e Comerciais. Lembrou o Subcomité que a decisão de Janeiro de 2012 dos Chefes de Estado e de Governo de impulsionar o comércio intra-africano e suas actividades subsequentes vieram depois do orçamento de 2012 ter sido aprovado. O objectivo de apresentar este plano de trabalho foi o de defender que se deve apoiar a Subcomité na aprovação de um orçamento suplementar para actividades complementares a serem levadas a cabo em 2012, como consequência da aplicação da Decisão da Cimeira. Expressou o compromisso do Departamento de levar a bom porto o plano de trabalho proposto.

4. O plano de trabalho foi elaborado de acordo com a abordagem de quadro lógico (logframe approach) e tem como base relações de trabalho baseadas na colaboração com as CER. Este visa garantir que propostas de políticas, mecanismos e recomendações para a Facilitação do Comércio são formuladas com o objectivo final de remover os obstáculos ao comércio através de uma harmonização Aduaneira e Comercial, em especial, as Regras de Origem. Visa também a melhoria das

capacidades produtivas através da organização de seminários com os intervenientes, incluindo o Sector privado e assegurar a implementação das recomendações de políticas para promover o IDE. O quadro da CFTA também é outro pilar fundamental que exigirá a coordenação com as CER. Juntamente com essas actividades para 2013, o Departamento terá igualmente de prosseguir o seu trabalho relacionado com as diversas parcerias comerciais.

5. Nos debates que se seguiram, a reunião elogiou o Departamento pelas suas relações de trabalho com as CER e sublinhou a necessidade de integração dos elementos deste programa no que já está em curso a nível destas Comunidades. Foi solicitado um esclarecimento sobre o mandato legislativo da reunião dos Altos Funcionários, realizada de 03 a 04 de Abril de 2012. Em resposta, o Departamento lembrou a reunião da Decisão tomada pelo Presidente da União Africana no sentido de se estabelecer um Comité de 7 Estados-membros para analisar mais profundamente algumas preocupações que foram levantadas na Cimeira de Janeiro, durante o debate sobre o tema “Como impulsionar o Comércio Intra-africano” e apresentar um relatório na Cimeira de Julho de 2012. A Comissão, com base nos procedimentos actuais considerou adequado organizar esta reunião de Altos Funcionários dos países membros do Comité dos 7 para analisar a resposta às referidas preocupações. O relatório dos Altos Funcionários seria apresentado numa reunião dos Ministros do Comércio dos 07 países antes de sua apreciação pelo Comité dos sete Chefes de Estado e de Governo e, finalmente, à Conferência. Foi igualmente enfatizado que a reunião dos sete Ministros não substitui a agendada Conferência de Ministros do Comércio a ser realizada em Novembro de 2012. O mandato legislativo provém da decisão da Cimeira de Janeiro, mas é também consistente com o Tratado de Abuja que institui a Comunidade Económica Africana.

6. O Subcomité tomou nota do informe sobre o Plano de Trabalho 2012 – 2013 relativo à Promoção do Comércio Intra-africano e recomendou ao CRP que também tomasse nota do referido informe e Plano de Trabalho.

Ponto 3 da Agenda: Proposta sobre as modalidades para a realização de Sessões Ordinárias da Conferência da União sobre o Desenvolvimento e a Integração

7. A reunião do Subcomité do CRP sobre Questões Económicas e Comerciais realizou-se a 21 de Maio de 2012, em Adis Abeba, Etiópia. A reunião debateu, entre outros, o projecto de proposta sobre as modalidades para a realização de Sessões Ordinárias da Conferência da União sobre o Desenvolvimento e a integração. A reunião saudou a iniciativa tomada pela Comissão de iniciar o projecto de proposta, agradeceu o Departamento de Assuntos Económicos pela qualidade do documento e destacou as seguintes questões:

- A justificação para o proposto período de início (Junho/Julho 2013) foi questionado dado que a Cimeira de Janeiro já não iria tratar de questões orçamentais e administrativas, mas parece ser o período ideal para o referido evento.
- A proposta feita de se usar o tema da COMAI V (Integração e Soberania) como o tema da Cimeira também foi questionada, uma vez que o COMAI VI teria um tema diferente da COMAI V. A este respeito, foi acordado que os resultados das reuniões da COMAI seriam integrados no debate da Cimeira sobre Desenvolvimento e Integração.
- A reunião apresentou a proposta de alargar o proposto subtema 2 de forma a abranger a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais e refinar os outros temas propostos de modo a que estes sejam mais específicos.
- No que diz respeito ao local da Cimeira sobre Desenvolvimento e Integração, a reunião insistiu, por um lado, que se mantivesse a mesma tradição de organização das Cimeiras da UA (status quo), tendo proposto, por outro lado, que sejam efectuadas as consultas necessárias junto das capitais dos Estados-membros sobre esta questão sensível

8. A reunião acordou no seguinte:

- Os Estados-membros devem consultar as suas capitais sobre o documento proposto e, especialmente, sobre o local e o tema, e informar a Comissão o mais tardar até 15 de Agosto de 2012;
- Os Estados-Membros devem apresentar as suas propostas à Comissão sobre o projecto de documento;
- A CUA deve rever o documento com base nas contribuições dos Estados-membros; e
- Realizar uma reunião do Subcomité do CRP sobre Questões Económicas Comerciais com vista a analisar o documento revisto.

Ponto 4 da Agenda: Apreciação de um pedido de apoio do Subcomité para a inclusão na Agenda da Cimeira de Julho de 2012 de um ponto sobre o Relatório da Comissão relativo à segunda Conferência da UA dos Ministros responsáveis pelos Recursos Minerais que se realizou de 12 a 16 de Dezembro de 2011

9. A apresentação da segunda Conferência da UA dos Ministros responsáveis pelos Recursos Minerais foi feita pela Comissão. O objectivo deste ponto foi o de pedir

que o CRP apoie a Comissão na solicitação da inclusão deste ponto na agenda da Cimeira de Julho de 2012. O Departamento comprometeu-se a apresentar documentos actualizados desta Conferência Ministerial ao CRP e, posteriormente, o Subcomité acordou em recomendar sua inclusão em conformidade com o pedido.

Ponto 5 da Agenda: Diversos

10. Neste ponto da agenda, a Argélia e a Comissão confirmaram que o relatório da Reunião Conjunta UA-UNIDO sobre a Diversificação Económica, que se realizou nos dias 4 e 5 de Junho de 2012, será apresentado na Cimeira de Janeiro de 2013. Isso não será possível devido a constrangimentos de tempo e de ordem logística.

Ponto 6 da Agenda: Encerramento

11. O Presidente agradeceu a todos os membros presentes pelas suas contribuições e declarou a reunião encerrada.

FI7641

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +(251)115517 700 Fax : +(251)115510430

EX.CL/720 (XXI)vii
ANEXO 1

PROJECTO DO PLANO DE TRABALHO 2012 - 2013

DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

PLANO DE TRABALHO 2012 - 2013

1.	<i>Departamento:</i>			
	COMÉRCIO E INDÚSTRIA			
2.	<i>Pilar Nº.</i>		3.	<i>Programa</i>
	DESENVOLVIMENTO, INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO			INTEGRAÇÃO
4.	<i>Objectivos do Programa</i>			
	UMA ÁFRICA AUTO-SUFICIENTES, UNIFICADA E INTEGRADA, QUE REPRESENTA UMA FORÇA DINÂMICA NO CENÁRIO GLOBAL			
5.	<i>Título do Projecto</i>			
	ACCROITRE LE COMMERCE INTRA-AFRICAIN ET MISE EN PLACE D'UNE ZONE DE LIBRE ECHANGE CONTINENTALE (ZLEC)			
6.	<i>Estado do Projecto</i>	<i>Contínuo</i>	<i>Novo</i>	<i>Previsão do Prazo</i>
7.	<i>Descrição do Propósito do Projecto</i>			
	<p>1. O comércio é largamente aceite como um motor de crescimento económico importante e de desenvolvimento. Existem muitas regiões e países do mundo que foram capazes de levantar os seus povos da pobreza à prosperidade através de comércio. Em África, no entanto, o comércio não tem servido como um instrumento potente para a realização de um crescimento económico rápido e sustentável de desenvolvimento, principalmente devido a três características básicas inter-relacionadas: o tamanho, a estrutura e a direcção. A África constitui cerca de 3 por cento do comércio mundial que é insignificante.</p> <p>2. A outra característica fundamental do comércio de África, que teve algumas implicações negativas para o seu impacto no crescimento económico e desenvolvimento, é a sua alta orientação externa e o nível relativamente baixo de comércio intra-regional. O comércio intra-Africano está em cerca de 10 por cento comparado com 60 por cento, 40 por cento, 30 por cento do comércio intra-regional que foi alcançado pela Europa, América do Norte e a Ásia respectivamente. Mesmo que a provisão fosse feita a partir do Comércio informal transfronteiriço não registado de África, o nível total de comércio intra-Africano não é susceptível de ser mais de 20 por cento, o que é ainda menor do que a das outras grandes regiões do mundo.</p> <p>3. O facto dos países Africanos não comercializarem muito entre si faz com que eles sejam incapazes de aproveitar totalmente as sinergias e a complementaridade das suas economias e tirar proveito das economias de escala e outros benefícios (como a geração de renda e de emprego) que proporcionariam uma maior integração do mercado. Há casos em que produtos e serviços poderiam ter sido obtidos numa forma competitiva a partir de outros países Africanos mas foram adquiridos fora do continente.</p> <p>4. Devido ao facto de África fazer a maior parte do seu comércio com o mundo exterior e as exportações concentrarem-se fortemente em produtos primários, o continente tem sido particularmente vulnerável a choques macro-económicos externos e as políticas comerciais protecionistas. Isto é evidente a partir da recente crise económica e financeira que, embora não do making of de países Africanos, teve um impacto negativo sobre o desempenho económico do continente. Assim, uma grande lição a retirar dos choques sistémicos na economia global é a necessidade de África promover o comércio intra-regional.</p> <p>5. O reforço do comércio intra-Africano e o aprofundamento da integração dos mercados regionais constituem uma resposta necessária para os desafios que a África enfrenta no sistema multilateral de comércio e na economia global. O reforço do comércio intra-Africano e o aprofundamento da integração dos mercados da África, através de fomentar a concorrência entre os países Africanos, vai ajudar a reforçar a sua capacidade e prepará-los para competir mais efectivamente no mercado global.</p> <p>6. É no contexto acima, que os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na 18ª Sessão Ordinária da Assembleia, aprovaram um Plano de Acção e um Quadro para impulsionar o comércio intra-Africano, o Roteiro e a Arquitectura para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Livre Continental que o Departamento de Comércio e Indústria, em colaboração com outros Departamentos e agências colaboradoras devem implementar nos próximos anos.</p>			
8.	<i>Mandato legislativo</i>			
	<p>Em conformidade com a adopção da Decisão Assembly/AU/Dec.394(XVIII) e da Declaração Assembly/AU/Decl. 1 (XVIII) na 18ª Sessão Ordinária de sua Assembleia, os Chefes de Estados e de Governo:</p> <p>Aprovaram o Quadro, o Roteiro e a Arquitectura para Controlar Rapidamente o estabelecimento da Zona de Comércio Livre Continental (CFTA) e o Plano de Acção para Reforçar o Comércio intra-Africano;</p> <p>Solicitaram a CUA, em colaboração com as CERs, os Estados-Membros e os parceiros de desenvolvimento para desenvolver uma estratégia de implementação para o Plano de Acção;</p> <p>Decidiram que a CFTA deveria estar operacional na data indicativa de 2017 baseado no Quadro, no Roteiro e na Arquitectura;</p> <p>Solicitaram aos Estados-Membros, com apoio da CUA e das CERs para dirigirem o processo ...através da implementação de programas e actividades de curto, médio e longo prazo, contidos no Plano de Acção ao nível nacional, regional e continental;</p> <p>Solicitaram a CUA, em colaboração com a UNCEA, o BAD e outras agências relevantes, para tomar medidas apropriadas, incluindo estudos, apoio técnico as CERs e sensibilização dos Estados-Membros e parceiros, para a implementação eficaz da CFTA;</p> <p>Solicitaram igualmente a CUA, em colaboração com as CERs e a UNCEA para estabelecer um grupo de peritos dos Estados-Membros com vista ao desenvolvimento de um quadro até Dezembro de 2012 para a conclusão de um projecto de acordo sobre as Regras de Origem;</p> <p>Solicitaram a CUA para avaliar o impacto nos países Africanos, da proposta de estender o duty-free, acesso livre de cota LDCs e LICs antes de transmitir para o G20;</p> <p>Solicitaram aos Ministros responsáveis pela CFTA para informar quando for apropriado à Assembleia, através do Conselho Executivo sobre os progressos.</p>			

PLANO DE TRABALHO PARA 2012

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS					SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS					SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES							
	Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos		Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão	
1.	Crescimento do desenvolvimento e da integração económica de África	10.% do aumento do volume do comércio intra-africano	Relatórios anuais da CUA/CEA/BAD assim como alguns relatórios da OMC, do BM, do FMI e da CNUCED	Os Estados-membros e as CER's vão implementar as decisões e as iniciativas da UA	1.1	Políticas do comércio reforçadas, formuladas e elaboradas	Recomendações pertinentes e exequíveis formuladas pelo Consultor sobre o caminho a seguir	Relatório da consultoria disponível	Que recomendações serão aceites pela CUA e validadas por um workshop a ser organizado no ano seguinte	1.1.1	Incluir a IAT nas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento	1.1.1.1	Estudo sobre a integração da IAT ao nível nacional	30,000			
1.2					Propostas de políticas, mecanismos e recomendação para uma facilitação das trocas comerciais melhorada	Pelo menos dois mecanismos de F'd E finalizados e recomendados ao EM para o caminho a seguir	Relatório de progresso dos workshops dos Grupos Técnicos sobre o direito aduaneiro e os procedimentos. Relatório do Subcomité dos Directores Gerais das Alfândegas	Os órgãos decisórios da UA adoptarão as propostas, as recomendações e os mecanismos de facilitação das trocas comerciais	1.2.1	Harmonização e simplificação dos procedimentos aduaneiros, da documentação, da regulamentação e das abordagens comuns para a facilitação das trocas comerciais	1.2.1.1	Finalizar a elaboração de uma política de interconexão dos sistemas informáticos aduaneiros	49,856. (B)	CUA/CER/MS	Julho		
													1.2.1.2	Elaborar uma nomenclatura tarifária comum	49,856. (B)	CUA/CER/MS	Agosto
													1.2.1.3	Elaborar um código africano de conduta comum	69,000 (B)	CUA/CER/MS	Abril
													1.2.1.5	Fazer o acompanhamento das tendências e dos desenvolvimentos em matéria	40,000	CUA	Em curso

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES							
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão	
											da facilitação das trocas comerciais ao nível mundial. NB: no domínio das alfândegas.				
											1.2.1.6	Organizar um fórum sobre a facilitação das trocas comerciais	109,595 (B)	CUA/EC	
									1.2.2	Elaborar um quadro para a conclusão de um projecto de acordo sobre as Normas de Origem	1.2.2.1	Fazer o estudo e o acompanhamento daquilo que já foi feito em matéria de das Normas de Origem	30,000	CUA	
											1.2.2.2	Elaborar um programa de consultas sobre o projecto de Protocolo relativo às Normas de Origem	0	CUA	
											1.2.2.3	1ª reunião do Grupo/Núcleo de Peritos sobre as Normas de Origem	110,000	CUA	
									1.2.3	Coordenar os programas de liberalização das Zonas de Livre Comércio, incluindo o Mercado Comum dos Produtos de Base	1.2.3.1	Elaborar um estudo de pré-viabilidade sobre uma Zona de Trocas Preferenciais de Produtos de Base	0	CUA	

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão
								1.2.4	Fazer o acompanhamento, com as CER's e os Estados-membros, das questões do mercado interno	1.2.4.1	Organizar e realizar workshops sobre as questões do mercado interno com as CER's e os Estados-membros	32,630 (B)	CUA/CER/EC	?
										1.2.4.2	Organizar um workshop de trabalho sobre a elaboração de quadros regionais em matéria do comércio de serviços	59,910 (B)	CUA/CER/EC	
								1.2.5	Fazer o acompanhamento dos trabalhos em curso ao nível tripartido	1.2.5.1	Fazer o acompanhamento da implementação das decisões das CER's e da participação no processo tripartido	40,000	CEI/DAE/CEER	
								1.2.6	Coordenar a implementação do programa de trabalho e das actividades ligados à Declaração de Arusha e do Plano de Acção sobre os Produtos de Base			26,294 (B)	CEI	
								1.2.7	Criar um quadro institucional	1.2.7.1	Actualizar e finalizar o estudo sobre as	0	UNIDO/CEA	

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS					SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS					SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos		Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão	
											para uma infra-estrutura de qualidade		Normas de Origem			
											1.2.7.2	Organizar uma reunião de validação	70,000	CUA/UNIDO/CEA		
										1.2.8	Melhorar as capacidades de oferta e aumentar a competitividade de dos produtos africanos		Organizar e realizar um seminário	49,844 (B)	CUA/ONUDI/CEA	Junho
										1.2.9	Reforçar as capacidades e prestar apoio técnico na gestão das políticas industriais		Organizar e realizar um workshop	49,844 (B)	CUA/UNIDO/CEA	Setembro
										1.2.10	Desenvolver cadeias de valores regionais, visando a promoção de agro-negócios e agro-indústrias			75,000(B)	CUA/UNIDO/CEA	Outubro
										1.2.11	Criar quadros que visam o reforço das complementaridades regionais e continentais para o desenvolvimento de empresas			75,000(B)	CUA/UNIDO/CEA	Novembro
2.	Criação do quadro	Os principais pré-requisitos, as	Relatórios e decisões dos	Progressos realizados no	2.1	Apoio ao programa do	As CER's procedem à	Relatórios consolidados	As CER's trabalham e	2.1.1	Realizar reuniões de			56,660 (B)	CUA	

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos	Actividade	Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão		
das Zonas de Livre Comércio	modalidades e os mecanismos institucionais para o lançamento das Zonas de Livre Comércio são criados em 2015	órgãos políticos	quadro das negociações tripartidas Indicação, por um Estado-membro (Coligação de) que se juntarão à Zona de Livre Comércio	comércio, da integração regional bem como a consolidação das conquistas alcançadas ao nível das CER's	integração das decisões das Cimeiras continentais nas suas políticas	sobre os progressos das CER's	cooperam com a CUA							
								2.1.2	Fazer uma avaliação regular sobre os progressos registados em cada CER em matéria da integração e da evolução das Zonas de Livre Comércio				CEI/DAE/CEA	
								2.1.3	Desenvolver um Portal para a ZLEC e a ACIA			0		
								2.1.4	Desenvolver um pacote de apoio para a consolidação das Zonas de Livre Comércio existentes			0		
								2.2	Mecanismos consultivos estabelecidos e em funcionamento	Vários mecanismos acordados dos TdR e de associação	Apresentação dos relatórios das reuniões	Os Estados-membros, as CER's e os convidados participam e estão envolvidos em consultas frutuosas	2.2.1	Reunião dos Altos Funcionários

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS					SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS					SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos		Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão	
										2.2.2	Consultar as CER's sobre o acompanhamento e a avaliação das actividades implementadas	2.2.2.1	Organizar o 1º workshop regional para a África Oriental/Austral /IGAD	100,000	CUA/CER/CEA/BAD	
												2.2.2.2	Organizar o 2º workshop para a África do Norte/Central/Ocidental	100,000	CUA/CER/CEA/BAD	
										2.2.3	Criar um Fórum Africano sobre o Comércio		Elaborar os Termos de Referência	0	CEI	Maio
										2.2.4	Criar um Conselho Africano de Negócios		Elaborar os Termos de Referência	0	CEI	Maio
										2.2.5	Criar o Observatório do Comércio		Elaborar os Termos de Referência	0	CEI	Maio
										2.2.6	Co-organizar o Fórum do Sector Privado			78,000 (B)	DAE/CEI	Jun/Jul
										2.2.7	Organizar uma mesa redonda de parceiros, a fim de mobilizar recursos			15,000	CUA	Abril
3.	Todas as questões dos órgãos políticos da UA examinadas	Número de recomendações formuladas	Número de decisões adoptadas	Que órgãos vão considerar positivamente as recomendações e adoptá-las-ão por decisão da Cimeira	3.1	Recomendações para a análise de todas as questões levantadas e discutidas	Projectos de decisões par os órgãos políticos	Número de Relatórios de preocupações de CEI produzidos	Acordos das CER's e dos EM sobre as recomemndações propostas	3.1.1	Organizar e realizar a reunião dos DG das Alfândegas da CUA/Sub-comité			108,000 (B)	AU/M S/CER/CEA/BAD	Out.

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES							
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão	
									CUA/CER's sobre a cooperação aduaneira, a fim de validar o trabalho feito no domínio da organização das alfândegas						
									3.1.2		Organizar e realizar a reunião de coordenação CUA-CER-CEA-BAD	(B)	DAE		
									3.1.3	Reunião do Sub-comité do CRP para os Assuntos Económicos e do Comércio	3.1.3.1	Organizar e realizar a 1ª reunião	1,500	CEI	Março
											3.1.3.2	Organizar e realizar a 2ª reunião	1,500	CEI	Junho
											3.1.3.3	Organizar e realizar a 3ª reunião	1,500	CEI	Out.
									3.1.4	Conferência dos Ministros Africanos do Comércio (CAMOT VIII)			51,968	CEI	Nov.
									3.1.5	Co-organizar a Conferência dos Ministros Africanos da Integração (COMAI)			130,00 (B)	DAE/CEI	Set.
									3.1.6	Organizar a reunião do				CEI	TBD

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS					SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos		Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão
										HATC (Comité dos 7) para a análise das questões decorrentes da Cimeira de Janeiro					

PLANO DE TRABALHO PARA 2013

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS					SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS					SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
	Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos		Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão.
1.	Crescimento do desenvolvimento e da integração económica de África	10% de aumento do volume do comércio intra-africano	Relatórios anuais da CUA/CEA/BAD assim como os relatórios da OMC, do BM, do FMI e da CNUCED	Os Estados-membros e as CER's vão implementar as decisões e as iniciativas da UA	1.1	Melhoria das propostas sobre políticas, mecanismos e recomendações que visam a facilitação das trocas comerciais	Pelo menos dois mecanismos de F'd E finalizados e recomendados aos Estados-membros para implementação	Relatórios de progresso dos workshops dos Grupos Técnicos de trabalho sobre o direito aduaneiro, os procedimentos bem como os relatórios do Subcomité dos Directores Gerais das Alfândegas	Os órgãos decisórios da UA vão adoptar as propostas, as recomendações e os mecanismos de facilitação das trocas comerciais	1.1.1	Harmonização e simplificação dos procedimentos aduaneiros, da documentação e das abordagens comuns sobre a facilitação das trocas comerciais	1.1.1.1	Finalizar e validar o Código Africano da Ética Aduaneira	90,594		
												1.1.1.2	Finalizar e validar o projecto da Nomenclatura Tarifária Comum Africana	89,352		
												1.1.1.3	Sensibilizar e propor soluções aos Estados-membros sobre os desafios da ascensão à Convenção de Kyoto revista	106,713		
												1.1.1.4	Organizar iniciativas conjuntas que visam o reforço de capacidades em matéria da integração	30,800		

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES							
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos	Actividade	Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão.			
									regional com a PMC, o BAD e outros parceiros						
								1.1.2	Criação e funcionamento de postos fronteiriços, com balcão único, e política de gestão integrada das fronteiras	1.1.2.1	Elaborar propostas para a gestão integrada das fronteiras e criar postos fronteiriços com balcão único	123,164			
								1.1.3	Coordenação dos programas de liberalização das Zonas de Livre Comércio, incluindo o Mercado Comum dos Produtos de Base	1.1.3.1	Organizar um workshop CUA/CER's sobre o crescimento do comércio intra-africano dos produtos alimentares	89,352			
								1.1.4	Elaboração de um quadro para a conclusão de um projecto de acordo sobre as Normas de Origem	1.1.4.1	Finalizar e validar o quadro do Protocolo relativo às Normas de Origem da ZLEC	89,352			
				1.2	Recomendações sobre a política de reforço das capacidades produtivas em África	Relatório sobre as recomendações relativas às políticas	Relatórios finais a serem enviados antes do início das sessões do CRP	Adopção de recomendações pelos órgãos decisórios da UA	1.2.1	Organizar um seminário sobre o reforço das capacidades da oferta e da competitividade dos produtos africanos, a fim de aumentar o comércio intra-africano		Organizar o 2º seminário	99,400		
								1.2.2	Organizar um workshop para a promoção do		Organizar o workshop	94,330			

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão.
										desenvolvimento das PME industriais a fim de aumentar o comércio intra-africano				
									1.2.3	Organizar sessões de reforço de capacidades e promover assistência técnica sobre a gestão das políticas industriais, a fim de aumentar o comércio intra-africana		Organizar e realizar o 2º workshop	100,030	
									1.2.4	Realizar sessões consultivas sobre o programa da cartografia geológica de África bem como o inventário dos minerais		Organizar e realizar um workshop de formação	99,400	
									1.2.5	Organizar uma sessão consultiva com vista à criação de associações especializadas de produtores de minerais		Organizar e realizar o 1º workshop	126,205	
									1.2.6	Organizar um workshop com vista à elaboração de um quadro para acrescentar o valor aos minerais bem como para as políticas do comércio e investimento, a fim de aumentar o comércio intra-		Organizar e realizar o workshop	150,000	

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão.
									africano					
				1.3	Recomendações sobre uma política que visa a promoção dos investimentos nacionais e estrangeiros nos sectores industriais	Relatórios sobre as recomendações relativas às políticas	Relatórios finais a serem enviados antes do início das sessões do CRP	Adopção de recomendações pelos órgãos decisórios da UA s	1.3.1	Organizar fóruns sobre os investimentos, a fim de promover as indústrias que aumentam o comércio intra-africano	Organizar e realizar o workshop	130,000		
									1.3.2	Organizar um workshop sobre o desenvolvimento de cadeias de valor industriais, a fim de aumentar o comércio transfronteiriço	Organizar e realizar o workshop	125,000		
									1.3.3	Organizar uma sessão consultiva sobre as cadeias de valor dos minerais, marketing, fiscalidade, contabilidade, auditoria e negociação de contratos	Organizar e realizar o workshop	150,000		
				1.4	Harmonizar as políticas e os regulamentos do comércio	Desenvolvimento de políticas sectoriais comuns	Relatórios de progresso e cópias de documentos relativos à política	As CER's trabalham e cooperam com a CUA	1.4.1	Criar um quadro institucional para uma infraestrutura de qualidade	Organizar e realizar um workshop sobre a eliminação das barreiras não tarifárias; eliminação das normas e questões de SPS			
									1.4.2	Coordenar a implementação do programa do Grupo de				

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS				SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS				SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES						
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos	Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão.
									Trabalho sobre os produtos de base					
								1.4.3		1.434.1	Realização de estudos sectoriais sobre comércio de serviços, concentrando-se nos níveis de comércio de serviços em África			
								1.4.4		1.4.4.1	Organizar um seminário sobre o desenvolvimento de estruturas regionais de comércio de serviços			
								1.4.5	Integração comercial intra-Africana no comércio nacional e estratégias de desenvolvimento	1.4.5.1	Organizar um Workshop para validar o estudo feito no IAT ao nível nacional do ano anterior			
								1.4.6	Estabelecer um quadro institucional para a infra-estrutura de Qualidade	1.4.6.1	Organizar um workshop para os intervenientes			
				1.5	Crescimento do papel do Sector Reforço do papel do sector privado organizado, sector privado informal e formulação políticas de comércio das mulheres	Assistência logística concreta fornecida ao PS para sua operacionalização	N.º de organizações do sector privado operacionais	O PS vai coordenar as suas acções ao nível regional e continental e intensificar a sua cooperação com a UA e as CER's	156.1	Estabelecer o Conselho Africano de negócios	1.6.1.1	Organizar e realizar reunião inaugural		
								1.5.2	Operacionalizar o Observatório do	1.6.1.2	Organizar e realizar a			

SUMÁRIO DOS RESULTADOS FINAIS					SUMÁRIO DOS RESULTADOS IMEDIATOS					SUMÁRIO DAS CONTRIBUIÇÕES					
Resultado final esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos/Riscos		Resultado esperado	Indicadores	Meio de verificação	Pressupostos / Riscos		Actividade		Actividades subsidiárias	Orçamento	Recurso	Data de conclusão.
										comércio		reunião inaugural			
										1.3.10	Criação de centros interligados de intercâmbio de informações comerciais				
										1.3.13	Consultar as CER's, o BAD e a CEA no Reforço do Comércio Intra Africano	Consultative Meetings			
2.	A estrutura para a CFTA é estabelecida	Principais pré-requisitos, as Modalidades e mecanismos Institucionais postos em prática para o início das negociações de CFTA até 2015	Relatórios e Decisões por Decisores de Política	Progressos realizados nas negociações tripartidas Indicações por um número de EM's (coligação de vontades) que vão se juntar a CFTA	2.1	Apoiar o Comércio e o Programa de Integração Regional e Consolidação do acervo ao nível das CER's.	As CER's integram as decisões da Cimeira Continental em suas políticas	Relatórios de progresso consolidados pelas CER's	As CER's trabalham e cooperam com a CUA	2.1.1	Realizar reuniões de coordenação sobre os programas de liberalização do comércio nas Zonas de Comércio Livre				
										2.1.2	poiar o comércio e o programa de Integração Regional				
3.	Endereçar todas as questões para os órgãos de política da UA	N.º das decisões e de recomendações formuladas	Nº de decisões adoptadas pela Assembleia	Os órgãos irão considerar favoravelmente as recomendações e adoptá-las para a decisão da Assembleia	3.1	Alcance das recomendações para tratar todas as preocupações levantadas	Projectos de decisões pelos órgãos de política	Número de relatórios de preocupações de CEI produzidos	Acordo das CER's e de EM sobre as recomendações e propostas.	3.1.1	Directores Gerais das Alfândegas/ /CUA- CER Sub-comité da Cooperação Aduaneira	Organizar e realizar a reunião			
										3.1.2	Reunião de Coordenação da UA-CER's-CEA-BAD	Organizar e realizar a reunião			
										3.1.3	Reuniões do S/Cté do CRP de Assuntos Económicos e Comerciais	3.1.3.1	Organizar e realizar a 1ª reunião	1,500	CEI
												3.1.3.2	Organizar e realizar a 2ª	1,500	CEI

EA7648

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA, P. O. Box 3243 Telephone: 251-115-517 700 Ext. 1894
Website: www.africa-union.org

**EX.CL/720 (XXI) vii
ANEXO 2**

Projecto de Proposta das

**Modalidades para a Organização das Sessões Ordinárias da
Conferência da União sobre Desenvolvimento e Integração**

Índice

I. Contexto	3
II. Período proposto de início	3
III. Organização: papel e relações entre os diferentes intervenientes	3
IV. Tema proposto para a Cimeira	5
V. Possíveis cenários para o local da Cimeira.....	8
VI. Conclusão	9

I. Contexto

1. Recorde-se que os Ministros Africanos responsáveis pela Integração durante a Quinta Sessão, realizada de 8 a 9 de Setembro de 2011, em Nairobi, Quênia, propuseram aos Chefes de Estado e de Governo, na sua Declaração, que uma das Sessões Ordinárias da Conferência da União fosse consagrada a questões de desenvolvimento e integração. A 18ª Conferência da União, realizada em Janeiro de 2012, em Adis Abeba, Etiópia, adoptou a Decisão histórica (**Assembly/AU/Dec.392(XVIII)**), “para consagrar uma das suas sessões ordinárias à análise das questões de desenvolvimento e integração, em conformidade com as condições a serem determinadas pela Comissão”, que irá doravante permitir que a União tenha uma abordagem equilibrada e adequada sobre as questões de desenvolvimento e integração.
2. Desde que esta Decisão histórica foi tomada, a questão que se coloca agora tem a ver com as modalidades para a organização desta Cimeira, o tema a ser abordado na primeira Cimeira, a forma como os temas serão seleccionados para as Cimeiras subsequentes, o período em que o novo formato entrará em vigor, o papel e a relação entre os vários actores na implementação e monitorização da agenda de integração de África. Este documento de proposta procura abordar algumas das questões acima mencionadas, estabelecendo as modalidades propostas para a implementação da Decisão da Cimeira.

II. Período proposto de início

3. Tendo em vista o facto de que as Cimeiras da UA de Janeiro são geralmente dedicadas a questões orçamentais e administrativas, propõe-se que o novo formato da Cimeira seja integrado nas Sessões das Cimeiras de Junho/Julho. Contudo, visto que para a 19ª Cimeira da UA, a ser realizada em Junho/Julho de 2012, em Lilongwe, Malawi, ficou já acordado o tema ‘Promover o Comércio Intra-Africano’, uma continuação do tema da 18ª Cimeira da UA, não foi seleccionado este período para o lançamento do novo formato da Cimeira. Além disso, a União Africana (UA) estará a celebrar os 50 anos de aniversário da fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 2013. A este respeito, a 21ª Cimeira da UA deverá centrar-se nas celebrações do 50º aniversário. Portanto, face ao exposto, propõe-se que a aplicação do novo formato da Cimeira sobre questões de desenvolvimento e integração seja inaugurada na 21ª Cimeira da UA de Junho/Julho de 2013, com um tema específico.

III. Organização: papel e relações entre os diferentes intervenientes

4. A organização de uma Cimeira deste género, implica o envolvimento de vários intervenientes durante o processo de decisão do tema, bem como

durante a preparação da documentação necessária sobre o tema da Cimeira e durante outras actividades de preparação. As modalidades propostas são:

Função	Actor	Responsabilidades
Departamento Responsável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Departamento dos Assuntos Económicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enquanto ponto focal, o Departamento é responsável por todas as questões relacionadas com a organização da Cimeira sobre questões de desenvolvimento e integração
Divisão Coordenadora	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divisão de Integração Económica e Cooperação Regional (EIRCD) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar o processo de preparação das Cimeiras sobre desenvolvimento e integração
Departamentos e Divisões de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Outros Departamentos sectoriais da UA (a depender do tema e dos subtemas acordados) ▪ Secretariado da Comissão ▪ Gabinete do Presidente ▪ Serviços de Protocolo ▪ Unidade de Transportes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparar a documentação relevante (documentos de reflexão, Relatórios, apresentações, etc.) sobre o tema e subtema da Cimeira, sempre que incidam na sua área de conhecimento técnico ▪ Prestar a assistência técnica, consultoria e logística necessária durante a preparação da Cimeira e durante os trabalhos da Cimeira
Instituição Ministerial Responsável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar e aprovar o tema e subtema proposto da Cimeira ▪ Convocar a sua Conferência Ministerial sobre o tema da Cimeira ▪ Submeter o seu relatório sobre as deliberações do tema e subtema da Cimeira à Cimeira da UA ▪ Participação dos Ministros na Cimeira
Instituições Ministeriais de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência da União Africana (UA) dos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para o subtema da Cimeira figurar na sua Agenda Ministerial ▪ Submeter o seu relatório

Função	Actor	Responsabilidades
	Ministros da Economia e das Finanças e Conferência da Comissão Económica para África (CEA) dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico ▪ Outras Instituições Ministeriais (a depender do tema e subtema da Cimeira)	sobre as deliberações sobre o subtema à Cimeira da UA ▪ Participação dos Ministros na Cimeira
Mecanismo de coordenação das CER	▪ Comité de Coordenação UA-CER-CEA-BAD ▪ Programação Conjunta UA-CER-CEA-BAD	▪ Analisar e deliberar sobre o tema e subtema proposto da Cimeira e formular recomendações à COMAI para análise e aprovação
Moderadores da Cimeira	▪ Directores Executivos das CER	▪ Um Director Executivo das CER terá a responsabilidade de apresentar o resumo do progresso sobre a integração nas CER, os principais desafios e as recomendações para ser analisada na Cimeira. Isto poderá ser feito de forma rotativa

IV. Tema proposto para a Cimeira

5. Uma vez que a tónica do novo formato da Cimeira recai sobre questões de desenvolvimento e de integração, será necessário assegurar que o tema da Cimeira corresponda igualmente ao tema da Conferência dos Ministros Africanos, que é realizada antes. Esta é uma questão relevante para a continuidade, criação de sinergias e para permitir que as conclusões resultantes da COMAI sejam integradas nas discussões da Cimeira. Por outro lado, para que o tema identificado tenha uma ligação/correlação com questões centrais da Cimeira que constituem uma prioridade, designadamente o desenvolvimento e a integração.
6. Tendo em conta o que precede, o tema proposto para a 21^a Cimeira da UA, com os subtemas relacionados, são os seguintes:

- a) **Tema principal: Integração e Soberania:** A razão que justifica a criação do tema “Integração e Soberania” é facto de ter sido o tema da COMAI V. O tópico gerou grande interesse e debate por parte dos Peritos e Ministros, sobre o papel da soberania no processo de integração e a forma como devia ser utilizada para ajudar, em vez de criar prejuízo ao processo.

Subtema (1) – materializar o potencial de desenvolvimento dos Países Menos Avançados (PMA) e dos Países em Desenvolvimento Sem Litoral (PDSL): A questão dos países menos avançados e dos países em desenvolvimento sem litoral e a forma de promover a transformação económica e a graduação de muitos países da situação de desvantagem em que se encontram, tais como os países menos avançados e os países em desenvolvimento sem litoral (através de uma melhor conectividade regional de infra-estruturas, acesso de mercado, facilitação do comércio e capacidade de produtividade para a diversificação e agregação de valor) são questões que frequentemente suscitaram debate entre os Ministros da Integração. Além disso, mantendo o foco sobre estas questões proporcionará à África a oportunidade de analisar criteriosamente o recente Programa de Acção para os Países Menos Avançados para a Década 2011-2020, bem como a Declaração de Istanbul, que foram ambas adoptadas na Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados, realizada em Maio de 2011, na Turquia.

O Programa de Acção tem como objectivo assegurar o crescimento económico sustentado e a redução da pobreza, com vista a permitir que metade do número dos PMA possa graduar da categoria de países menos avançados até 2020. O Programa de Acção identifica oito áreas prioritárias: capacidade produtiva, incluindo infra-estruturas, energia, ciência e tecnologia e desenvolvimento do sector privado; comércio; produtos básicos; desenvolvimento humano e social, incluindo a capacitação da mulher; a resposta ao impacto das múltiplas crises e dos novos desafios, tais como as alterações climáticas; a mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento e reforço de capacidades; e a boa governação a todos os níveis. Uma vez que 34 dos 49 países menos avançados encontram-se em África (a nova nação do Sudão do Sul dilatou a lista de 33 para 34, respectivamente), a implementação do Programa de Acção contribuiria grandemente para dar resposta aos desafios de desenvolvimento que o continente enfrenta. Portanto, este subtema servirá para a Cimeira de oportunidade para reflectir sobre a forma como África prevê a implementação do Programa de Acção.

Subtema (2) – Livre circulação de Pessoas (questões sobre passaportes e vistos): A livre circulação de pessoas, bens e serviços e capital é uma componente fundamental para a criação do Mercado Comum Africano. Embora o processo de integração de África esteja a alcançar algumas das suas metas em relação as

etapas importantes do Tratado de Abuja, a livre circulação nas CER, sobretudo a circulação de pessoas, a nível Continental começa a tornar-se uma questão central quer na política, quer na prática. Entre todas as questões relativas as liberdades, a livre circulação de pessoas é a mais difícil de alcançar e a que alguns Estados-membros apresentam menos disposição em ceder. O crescimento em relação a livre circulação de bens, serviços e capital na economia global requer um crescimento semelhante em relação a livre circulação de pessoas, particularmente dentro do Continente Africano, para melhorar a competitividade do continente, na medida em que este factor contribui para a promoção de um ambiente propício para as empresas.

Contudo, a livre circulação em geral e a livre circulação de pessoas, em particular, regista um crescimento lento em alguns países e regiões, especialmente em relação ao reconhecimento de passaportes diplomáticos africanos e a facilitação da concessão de vistos para certas categorias de pessoas/profissionais. Não obstante o registo de resultados notórios por algumas CER individualmente, no domínio da livre circulação, não tem sido prestada suficiente atenção a questão da livre circulação de pessoas. Em África, é necessário melhorar o entendimento sobre a importância da livre circulação de pessoas para o desenvolvimento, a redução da pobreza, a criação e transformação de riqueza na estrutura das economias do Continente. Não existem dúvidas de que a livre circulação de pessoas tem um impacto no desenvolvimento, porém é necessário analisar os maiores benefícios da mudança de políticas que os Estados-membros devem implementar para reduzir as barreiras à migração, liberalizar a mobilidade de pessoas, assegurar a protecção social para os migrantes e harmonizar as áreas políticas relevantes para a livre circulação de pessoas.

- b) Desenvolvimento e Integração:** Uma vez que a tónica do novo formato da Cimeira irá recair sobre o desenvolvimento e a integração, faz muito sentido que a primeira Cimeira deste género tenha estas questões como seu tema principal.

Subtema – período pós-ODM: O novo formato da Cimeira não será lançado antes de 2013 e, este data está muito próxima da data fixada para os ODM em 2015. Tendo este subtema numa data muito próxima a data fixada para os ODM, pode constituir uma oportunidade fundamental para África reflectir sobre a agenda pós-ODM e a forma como deseja conceber a referida agenda em termos de prioridades de desenvolvimento do continente. Isto pode ser particularmente relevante pelo facto de a actual agenda ter sido formulada na altura em que a UA ainda não existia e pelo facto de ser vista por alguns como uma iniciativa externa. A reflexão de África sobre o período pós-ODM contribuiria grandemente para ajudar a formular os indicadores que são mais relevantes para o contexto de África.

V. Possíveis cenários para o local da Cimeira

7. A África e a UA avançam para a segunda década do século XXI, com um novo formato da Cimeira adoptado na 18ª Cimeira da UA. Este espírito de inovação e mudança pode ser alargado em relação a forma como as Cimeiras de Junho/Julho sobre desenvolvimento e integração, são organizadas, para promover a renovação, modernidade e transição económica de África, com um impacto específico no seu desenvolvimento através do processo de integração.
8. A este respeito, uma série de cenários são apresentados em relação ao local onde a Cimeira da UA sobre questões de desenvolvimento e integração poderá ser organizada.

Cenário 1: Uma cidade capital organizará regularmente a Cimeira de Junho/Julho

Este cenário tem duas opções possíveis:

- a) **Opção 1:** Uma cidade capital de África pode ser identificada para organizar regularmente a Cimeira, com o respectivo país e capital identificada pelos próprios Estados-membros. A vantagem desta escolha é que a cidade seleccionada estaria então associada aos países africanos e internacionalmente, como local onde as Cimeiras da UA dedicadas às questões do desenvolvimento e da integração são realizadas, analogamente ao que sucede em Davos, Suíça, conhecida internacionalmente como o local do Fórum Económico Mundial.

A selecção da cidade capital deve ser feita de acordo com um conjunto de critérios de desenvolvimento, tais como a existência de infra-estruturas adequadas no país anfitrião (estradas, serviços de acolhimento e de conferências, serviços financeiros e recursos humanos) para a organizar uma Cimeira deste género todos os anos. Outros critérios podem incluir o crescimento notório e sustentável do PIB per capita ao longo dos últimos cinco anos, um país estável, pacífico e democrático. A selecção da cidade deve visar expor os avanços em relação ao desenvolvimento, renovação, progresso e à modernização de África durante a última década. Mediante consultas, o país que reunir os critérios acima mencionados pode ser seleccionado.

- b) **Opção 2:** Em cada três (3) ou cinco (5) anos um país africano será escolhido numa base competitiva para acolher a Cimeira durante este período, de acordo com os critérios já referidos. A vantagem desta opção é que poderá ajudar a incentivar os países africanos a acelerarem e manterem os seus desenvolvimentos e avanços económicos. Semelhante à competição para acolher os Jogos

Olímpicos ou o Campeonato Mundial, em que os países competem e expõem as suas competências para a organização das Cimeiras para um período específico. Desta forma, os Estados-membros votariam para o país que considerarem reunir os requisitos para acolher a Cimeira seguinte. Tal processo pode igualmente lançar novas oportunidades de investimento e atrair novas formas de investimento de dentro e de fora do continente.

Cenário 2: rotatividade regional

Todos os anos a realização da Cimeira de Junho/Julho pode ser feita de forma rotativa com base regional. Isto proporcionaria à cada região e às CER naquelas regiões, a oportunidade de organizar a Cimeira, expondo e promovendo o evento nas suas regiões todos os anos. Além disso, permitiria que as regiões e as CER organizassem um dos dois eventos da Cimeira anualmente.

Cenário 3: Status Quo

Manter o status quo, em que um país africano oferece-se para acolher a Cimeira de Junho/Julho, de acordo com a prática actual.

VI. Conclusão

9. O presente documento procurou apresentar as propostas sobre as modalidades para a implementação da Decisão da 18ª Cimeira da UA, de consagrar uma das suas Sessões Ordinárias a questões de desenvolvimento e integração. A realização regular desta Cimeira ajudará a assegurar que os esforços de integração regional e continental, bem como outros esforços de desenvolvimento de África possam beneficiar da orientação política de todos os Chefes de Estado e de Governo da UA, promovendo assim a apropriação e a liderança da agenda de desenvolvimento e de integração entre os Chefes de Estado e de Governo e um público mais vasto a nível de África.
10. Uma Cimeira deste género irá igualmente permitir que as CER possam informar, ao mais alto nível, todos os Chefes de Estado e de Governo da UA sobre as suas actividades de integração e desenvolvimento, conquistas e resultados, envolvendo-os desta forma no processo, bem como permitindo a apropriação dos processos da Cimeira da UA. Isto irá igualmente promover a responsabilização do processo de integração das CER a todos os 54 Estados-membros africanos e não apenas aos seus principais Estados-membros.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2012

Report of sub-committee on economic and trade matters

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4183>

Downloaded from African Union Common Repository